

Roteiro para elaboração de Programa de Interpretação Ambiental

COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO, ESTRUTURAÇÃO DA
VISITAÇÃO E DO ECOTURISMO
CGEUP/ICMBIO

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PROGRAMA DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

Sumário

PARTE I - APRESENTAÇÃO.....	1
A. Introdução.....	1
B. Conceitos e princípios da Interpretação.....	2
C. Envolvimento dos atores locais.....	3
D. Organização do programa de interpretação ambiental.....	3
E. Sugestões de leitura.....	4
PARTE II - ORIENTAÇÕES	5
1. Ficha técnica	5
2. Apresentação.....	5
3. Contextualização	6
3.1 Descrição da unidade.....	6
3.2 Justificativa.....	6
3.3 Escopo e ênfase do programa de interpretação.....	6
4. Diretrizes para interpretação	6
5. Resultados esperados.....	6
6. Premissas.....	7
7. Objetivos interpretativos.....	7
8. Público	8
9. Recursos a serem interpretados	8
10. Tema e subtemas interpretativos.....	9
11. Meios adequados	11
11. 1 Meios interpretativos indicados para o programa.....	11
11. 2 Meios interpretativos pré-existentes.....	12
12. Visão geral do programa de interpretação ambiental.....	12
13. Projetos interpretativos	13
13.1 Projeto 1.....	13

13.2 Projeto 2.....	13
14. Monitoramento.....	13
15. Cronograma de execução.....	14
16. Outras considerações.....	14
17. Apêndice	14
PARTE III - ROTEIRO	15

PARTE I - APRESENTAÇÃO

A. Introdução

O programa de interpretação ambiental faz parte do conjunto de instrumentos de gestão do uso público¹. É um documento que oferece uma visão abrangente da interpretação na unidade e auxilia o gestor na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para gestão da visitação, ao definir prioridades e orientações para desenvolvimento de projetos interpretativos. É premissa básica para a elaboração dos programas de interpretação ambiental o conhecimento dos conceitos e diretrizes sobre o tema, utilizados pelo ICMBio².

Os programas de interpretação ambiental devem ser elaborados por equipe multidisciplinar, com aportes de atores locais relevantes para ampla compreensão dos valores culturais e naturais da área. Aprovado pela gestão da unidade de conservação ou centro nacional de pesquisa e conservação, contém estratégias de utilização da interpretação, considerando a missão da unidade, o significado e as características dos recursos protegidos e os diferentes públicos, conforme diretrizes institucionais. Um programa indica, de forma coordenada, os projetos interpretativos que deverão ser desenvolvidos pela gestão, muitas vezes envolvendo parcerias e/ou a comunidade local na sua implantação, o que reforça a importância de envolvimento desses atores desde a fase inicial de planejamento.

Sua elaboração depende de documentos gerais de planejamento, como um plano de manejo e um plano ou programa de uso público, e seu processo de construção é feito pela gestão da unidade, sob supervisão da Coordenação de Planejamento, Estruturação da Visitação e do Ecoturismo (COEST), por meio da equipe ampliada de interpretação.

Um programa de interpretação tem um período de execução de médio a longo prazo, não devendo exceder o período de planejamento dos planos de manejo ou de uso público ao qual está vinculado. Considerando sua complexidade e o tempo exigido para sua elaboração (de 6 a 12 meses), o programa de interpretação ambiental deve ser priorizado para gestão de áreas onde a visitação tem uma alta complexidade (elevado número de visitantes, atividades diversificadas, entre outros), existe capacidade operacional (recursos humanos, financeiros e tempo) ou conforme a prioridade institucional.

A ausência do programa de interpretação ambiental não é impedimento para o desenvolvimento de projetos interpretativos específicos, cuja elaboração está apoiada em um roteiro próprio, também disponível na intranet ICMBio. Porém, uma vez elaborado, o programa de interpretação ambiental se torna referência para novos projetos, considerando o conjunto de pessoas e informações mobilizadas e de atividades realizadas para construir um documento consistente e representativo, cuja finalidade é orientar as ações de interpretação na unidade.

¹ A partir da definição de orientações institucionais para elaboração de Planos de Uso Público, em 2019, e do estabelecimento de instrumentos de gestão do uso público, a criação de planos interpretativos foi substituída pela de estruturação de programas de interpretação ambiental. O presente roteiro reflete esta visão atualizada dos documentos de gestão da visitação. Para conhecer o escopo do plano interpretativo, consultar a publicação "Interpretação Ambiental em Unidades de Conservação Federais", pag. 70.

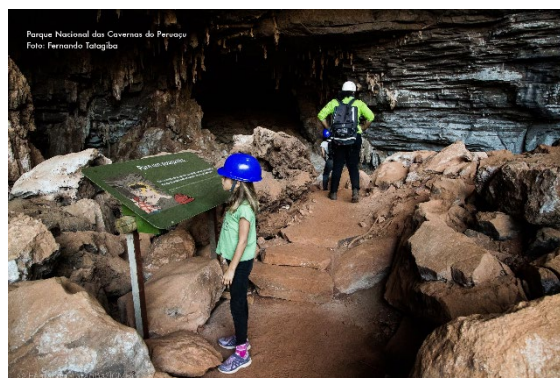
² ICMBIO. Interpretação ambiental nas unidades de conservação federais. 1. ed. Brasília: ICMBio, 2018

B. Conceitos e princípios da Interpretação

O propósito desta seção é apresentar os principais conceitos referentes à temática, a fim de nivelar o entendimento e permitir o adequado preenchimento do roteiro. Caso restem dúvidas, deve-se buscar apoio nas orientações institucionais e demais fontes citadas nas sugestões de leitura.

- Visitante: pessoa que visita a área de uma unidade de conservação de acordo com os propósitos de uso recreativo, desportivo, educacional, cultural ou religioso (IN nº 05/2018).
- Visitação: consiste na utilização das unidades de conservação com fins recreativo, desportivo, educacional, cultural ou religioso, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais (IN nº 05/2018).
- Interpretação ambiental: conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido (ICMBio, 2018, p. 69).
- Objetivos interpretativos: são os objetivos específicos para interpretação na unidade; auxiliam no processo de planejamento ao focar nos aspectos da experiência que se pretende oferecer, na mensagem a ser passada e no que gestão quer atingir com essa ferramenta. São divididos em três âmbitos: intelectual (saibam), emocional (acreditem e sintam) e comportamental (façam) (ICMBio, 2018, p. 42).
- Programa de interpretação ambiental: documento elaborado por equipe multidisciplinar, com estratégias de interpretação ambiental, que indica os projetos prioritários, para comunicar de forma mais efetiva, a diferentes públicos, a missão da unidade, os significados e as características dos recursos protegidos, conforme diretrizes institucionais.

- Projeto interpretativo: documento que orienta o planejamento, o desenvolvimento e a execução de materiais e serviços de interpretação, visando o alcance de objetivos específicos, de acordo com as diretrizes institucionais.
- Meio de interpretação pessoal: é aquele que envolve uma interação direta e simultânea entre o intérprete e o público, geralmente envolvendo serviços interpretativos como, por exemplo, uma visita acompanhada por condutor de visitante capacitado, uma demonstração de técnica tradicional, entre outros (ICMBio, 2018, p. 28).
- Meio de interpretação não pessoal: é aquele em que a interpretação é oferecida por intermédio de ferramentas que dispensam o encontro presencial do intérprete com o público como, por exemplo, exposições, sinalização interpretativa, materiais audiovisuais, aplicativos, entre outros (ICMBio, 2018, p. 32).
- Serviços interpretativos: são atividades de interpretação pessoal, planejadas e executadas de acordo com o conceito e diretrizes institucionais para a interpretação ambiental (ICMBio, 2018, p.70).
- Materiais interpretativos: também chamados de produtos de interpretação não pessoal, são concebidos, planejados e executados de acordo com o conceito e as diretrizes institucionais para a interpretação ambiental (ICMBio, 2018, p. 71).



Princípios de interpretação formulados por Tilden³:

1. *Qualquer interpretação que, de alguma forma, não relaciona o que está sendo mostrado ou descrito a algo da personalidade ou da experiência do visitante será estéril.*
2. *Informação, por si só, não é interpretação.* Interpretação é a revelação baseada na informação. Elas são coisas completamente diferentes; entretanto, toda interpretação inclui informação.
3. *Interpretação é uma arte que combina muitas artes,* quer o material apresentado seja científico, histórico ou arquitetônico. Toda arte pode ser ensinada em um certo grau.
4. *O objetivo principal da interpretação não é a instrução, mas a provocação.*
5. A interpretação deve procurar **apresentar um todo** ao invés de uma parte e deve se dirigir à pessoa como um todo ao invés de um aspecto dela.
6. *A interpretação dirigida a crianças (até a idade de 12 anos) não deve ser uma forma diluída da apresentação para adultos, mas deve seguir uma abordagem totalmente diferente.* Para explorar todo seu potencial, requer um projeto específico.

C. Envolvimento dos atores locais

A elaboração de um programa de interpretação ambiental implica na organização harmônica de diferentes visões sobre os recursos e valores protegidos. Para isso, é necessária a realização de uma oficina com atores locais, para a qual sejam convidadas pessoas que tenham ligação com a unidade, seja por meio de vivências na região, seja por relação de trabalho, estudo, lazer, esporte ou outros interesses. O objetivo é formar um grupo heterogêneo

em termos de perfil, mas que tenha em comum o interesse na proteção dos recursos da unidade e seja capaz de oferecer subsídios para a construção do programa de interpretação ambiental.

A indicação dos participantes da oficina cabe à equipe da unidade, sendo interessante identificar as pessoas que melhor podem contribuir, dentre representantes de instituições parceiras, membros do conselho da UC, condutores de visitantes, representantes do setor turístico local, pesquisadores, comunitários, moradores do entorno, educadores, voluntários que tiveram atuação relevante na unidade, representantes de grupos com interesses específicos (montanhistas, observadores de aves, mergulhadores, etc.). É muito importante deixar claro, aos participantes, que a oficina é para coletar subsídios para a interpretação na unidade, e que as ideias e informações colhidas naquele momento serão trabalhadas pela equipe de elaboração do programa interpretação, em conjunto com informações de outras fontes.

D. Organização do programa de interpretação ambiental

O roteiro de elaboração do programa de interpretação é composto por 16 itens, inter-relacionados. Possui uma parte introdutória (itens 1 a 5), que abrange a identificação da unidade organizacional do Instituto a que se destina o programa, os autores e parceiros, com especial atenção aos participantes da(s) oficina(s) para coleta de subsídios para interpretação, a apresentação do documento, a contextualização da unidade e as diretrizes institucionais que amparam a elaboração do documento.

Em seguida, nos itens 6 a 9, são identificados os elementos básicos do programa, incluindo os resultados esperados, as premissas para desenvolvimento dos projetos, os objetivos interpretativos, recursos a serem interpretados e sua significância e público a ser alcançado. Sobre esta base, e de acordo

³ TILDEN, F. *Interpreting our Heritage*. 4a ed., ex ed. Chapel Hill, EUA: Editora da Universidade da Carolina do Norte, 2007. p.212. Tradução disponível em ICMBio, 218, p. 13.

com as prioridades definidas na parte inicial, é construído o cerne do programa de interpretação ambiental: o desenvolvimento do tema e dos subtemas para interpretação (item 10). Estes são as ideias-chave que orientarão o desenvolvimento de todos os projetos indicados pelo programa, sendo redigidas de forma a associar os principais atributos tangíveis e intangíveis dos recursos que serão interpretados.

Os itens seguintes (11 a 13) tratam da operacionalização do programa, por meio da seleção dos meios interpretativos que se pretende utilizar, a definição de prioridades e indicação dos projetos a serem desenvolvidos, com um nível de detalhamento mínimo. A parte final do programa contém, em linhas gerais, como será feito o monitoramento da execução do programa e o acompanhamento dos projetos (item 14), assim como um cronograma de execução (item 15). Pode ser incluído item com outras considerações pertinentes (item 16, opcional) e apêndices com informações relevantes.



Em português:

ICMBIO. Interpretação ambiental nas unidades de conservação federais. 1. ed. Brasília: ICMBio, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/interpretacao_ambiental_nas_unidades_de_conservacao_federais.pdf

MMA. Diretrizes para a Visitação em Unidades de Conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332199683_Diretrizes_para_Visitacao_em_Unidades_de_Conservacao

PROJETO DOCES MATAS. Manual de Introdução à Interpretação Ambiental. Belo Horizonte: Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, 2002. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/images/stories/arquivos/5%20-%20Manual%20de%20Introducao%20a%20Interpretacao%20Ambiental.zip>

Em outros idiomas:

INTERPRET EUROPE. Cautiva a tus visitantes: Pautas para lograr la excelencia en interpretación del patrimonio. Disponível em: http://www.interpret-europe.net/fileadmin/Documents/interpret_europe_engaging_your_visitors_es.pdf

INTERPRET EUROPE. Engaging citizens with Europe's cultural heritage - How to make best use of the interpretive approach. Disponível em: http://www.interpret-europe.net/fileadmin/Documents/publications/ie_engaging_citizens_with_europes_cultural_heritage.pdf

PARTE II - ORIENTAÇÕES

Estas orientações têm a finalidade de auxiliar no preenchimento do roteiro de elaboração de programas de interpretação ambiental pelas UC federais e Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio, sem pretensão de ser a referência definitiva para tal assunto. Tanto o roteiro quanto estas orientações podem ser aprimorados, sendo que dúvidas, sugestões e críticas devem ser enviadas à COEST, pelo e-mail: coest.cgeup@icmbio.gov.br.

As orientações são apresentadas conforme os itens que compõem o programa.

Elementos pré-textuais:

- Capa de rosto: deve conter
 - a. Nome da UC ou Centro de Pesquisa
 - b. Identificação do documento: "Programa de interpretação ambiental da/do X"
 - c. Logo da Unidade organizacional e parceiro(s) da proposta, se houver
 - d. Local da sede administrativa
 - e. Ano de apresentação do Programa
- Sumário: enumeração das divisões, seções e outras partes do documento, com indicação das páginas. A construção do sumário é uma das últimas tarefas a serem feitas no trabalho.

1. Ficha técnica

Deve conter:

Equipe responsável - para cada autor, indicar:

- Nome completo
- Cargo e função
- E-mail institucional
- Telefone

Informações da(s) unidade(s) de que trata o programa:

- Nome
- Estado(s) abrangido(s)
- Instrumentos de planejamento existentes e que norteiam e embasam o programa em questão (Plano de Manejo, Plano de Uso Público e outros pertinentes)

Elementos textuais

2. Apresentação

Texto relativamente curto - máximo 450 palavras

- Apresentar breve contexto da elaboração do programa
- Parceiros envolvidos
- Apoio financeiro
- Período de elaboração do documento

3. Contextualização

3.1 Descrição da unidade

É um texto conciso - *máximo de 400 palavras* - e deve conter:

- Localização e características da unidade organizacional
- Aspectos relevantes do contexto da visita
- Documentos institucionais de referência para a elaboração do programa
- Descrever gargalos e fatores limitantes
- Parcerias importantes para a implementação do programa

3.2 Justificativa

É um texto conciso - *máximo de 200 palavras* - que deve apresentar a justificativa para elaboração do programa (por que o programa é necessário?).

3.3 Escopo e ênfase do programa de interpretação

O escopo é a abrangência espacial do programa. Especialmente em UC com grande área ou diversidade de ambientes, ou Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, pode haver interesse em definir programas com abrangência setorial ou regional, conforme a capacidade de implantação ou as prioridades institucionais.

A ênfase é o foco no qual o programa vai dar mais atenção, podendo ser definido com base em desafios de gestão, públicos-alvo ou meios de interpretação considerados prioritários.

Veja dois exemplos de escopo e ênfase definidos para o planejamento abrange da interpretação em duas UC federais, ambos elaborados em 2018:

FN Brasília/DF: abrange a totalidade da Floresta Nacional de Brasília, com ênfase para a área de uso público de sua Área 1.

PNM dos Abrolhos/BA: abrange a área do Banco dos Abrolhos e a Costa das Baleias, com ênfase para a área do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e seus objetivos de conservação.

4. Diretrizes para interpretação

Os processos e ações de Interpretação Ambiental deverão estar alinhados às diretrizes para interpretação ambiental estabelecidas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ICMBio e em documentos da Unidade (Plano de Manejo, Plano de Uso Público e outros, se houver). Assim, no que tange este tópico, o roteiro já inclui as diretrizes para interpretação estabelecidas pelo MMA e Instituto.

Adicionalmente, se houver outros instrumentos de planejamento que contemplem o uso da interpretação, as orientações específicas devem ser incluídas nesta seção, após as diretrizes das instâncias superiores.

5. Resultados esperados

Para que o programa de interpretação ambiental seja efetivo, é fundamental a definição clara do que se espera como resultados de sua implantação. Estes resultados traduzem os benefícios do programa para a unidade organizacional.

Os resultados esperados devem ser elencados em tópicos, em uma sequência lógica, do mais simples ao mais complexo. Destaca-se que o alcance desses resultados será avaliado a partir da implantação dos projetos que o compõem. Deve-se, portanto, assegurar que estejam todos alinhados e sejam mensuráveis e factíveis.

6. Premissas

São condições consideradas imprescindíveis pela unidade organizacional para se chegar aos resultados do programa de interpretação ambiental. São os alicerces para o desenvolvimento e implementação do programa, base sem a qual ele não terá sustentação. Como exemplo, algumas premissas do Programa de Interpretação Ambiental do Parque Nacional do Jaú (AM):

- O programa de interpretação ambiental norteará a indicação e futuro desenvolvimento dos projetos interpretativos, bem como a revisão de materiais produzidos anteriormente.
- O planejamento e a implementação de projetos de interpretação deverão considerar as classes de oportunidades de visita baseados no Rol de Oportunidades de Visita em Unidades de Conservação - ROVUC (ICMBio, 2018).
- A valorização e a significação da história e cultura regional devem permear o desenvolvimento dos projetos interpretativos.
- Sempre que possível, será priorizada a utilização de pessoal, empresas, materiais e serviços locais no desenvolvimento dos produtos interpretativos.

7. Objetivos interpretativos

Os objetivos interpretativos são a representação dos objetivos específicos para interpretação (conforme o escopo definido no item 3.3) e orientarão a construção do programa. Auxiliam no processo de planejamento ao focar aspectos da experiência que se pretende proporcionar, a mensagem a ser repassada e os objetivos da gestão com a utilização da ferramenta. São divididos em três

dimensões: intelectual (saibam), emocional (acreditem/sintam) e comportamental (façam). Essa divisão facilita a análise do que se está planejando quanto à informação, sensibilização, comportamentos e atitudes esperadas dos visitantes, proporcionando coerência à proposta e direcionando a elaboração das demais etapas do programa às mudanças de interesse da gestão.

A escolha pode partir da consulta a diversos atores, por meio de uma "chuva de ideias" entre a equipe, conselho gestor, ou de uma reunião específica para levantar subsídios para elaboração do programa de interpretação. É preciso, porém, fazer uma boa reflexão, para que a escolha seja adequada.

Os objetivos interpretativos do programa devem ser elaborados numa perspectiva mais ampla, compatível com o nível de planejamento deste documento. No item 13 esses objetivos serão abrangidos na indicação dos projetos, podendo um mesmo objetivo do programa estar presente em mais de um projeto. Deve-se atentar, porém, para que todos os objetivos sejam contemplados nos projetos. Caso algum objetivo não se encontre presente em, pelo menos, um projeto, ele deve ser revisto e, eventualmente, retirado do programa. Não é raro ser necessário voltar ao tópico de objetivos conforme se avança na elaboração do programa, pois tudo deve estar alinhado.

Para identificação dos objetivos interpretativos, sugere-se como pergunta norteadora: O que queremos que o público do programa de interpretação ambiental:

Saiba?

Sinta?

Acredite?

Faça?

8. Público

O público-alvo precisa ser bem definido, separado por categorias e com especificação de cada perfil do público com seus interesses e preferências. É importante o uso de dados de visitação, pesquisas já realizadas na unidade e na região (dados locais e regionais dos órgãos oficiais de turismo e das universidades) e conhecimento prático para avaliar o público existente, por meio da observação direta (comportamento, características, perguntas e comentários que fazem, o que procuram) sendo útil obter informações junto a prestadores de serviços turísticos na unidade e na região, em conversas informais ou reuniões. É desejável, também, verificar se existe outro perfil de público que se pretende alcançar e procurar identificar suas características gerais, se for o caso (ICMBio, 2018, pp. 22-26).

Não existe uma forma padronizada para categorizar o público, porém recomenda-se não fragmentar demais, criando categorias muito específicas sem necessidade. Em geral, o local de residência dos visitantes (local, regional, nacional/internacional) é um bom ponto de partida para a classificação do público do programa de interpretação ambiental, pois, quase sempre, isso está associado com as principais motivações para visitar a área, assim como a mensagens específicas que a gestão tem interesse em transmitir. Para algumas unidades é relevante a quantidade de pessoas e grupos que buscam atividades específicas, como montanhismo, mergulho, observação de aves e outras.

Ao considerar o público deve-se buscar a inclusão, uma vez que a unidade deve oferecer oportunidades de visitação de boa qualidade para todos. A interpretação ambiental é uma ferramenta eficaz para aumentar a oferta de atividades e materiais acessíveis para diferentes públicos, levando

a uma gestão mais inclusiva da visitação. Algumas UC, como o Parque Nacional do Itatiaia, vêm implantando adaptações em suas atividades e materiais disponíveis ao público, visando mais qualidade no atendimento de pessoas com deficiência e visitantes estrangeiros.

9. Recursos a serem interpretados

Como um dos instrumentos de gestão do uso público, o programa de interpretação ambiental está atrelado aos documentos de planejamento das UC de caráter geral (plano de manejo) e específico (plano de uso público). No contexto dos centros nacionais de pesquisa e conservação, a elaboração de programas de interpretação deve, igualmente, ter como referência documentos de planejamento específicos, como por exemplo, planos nacionais de conservação de espécies ameaçadas, de cavernas e outros.

Os planos de manejo elaborados conforme a metodologia instituída pela IN ICMBio nº 7/2017 contêm uma abordagem padronizada que facilita a identificação dos recursos que serão interpretados, nomeadamente os itens: declaração de significância, recursos e valores fundamentais (RVF) e subsídios para interpretação. Esses elementos, já levantados de forma participativa, ajudam a otimizar a elaboração do programa de interpretação, porém não se deve, simplesmente, repeti-los nesse tópico. A equipe de elaboração do programa de interpretação deverá consolidar todas as informações e apresentá-las aqui, de forma objetiva.

Planos de manejo que utilizaram outras metodologias possuem estrutura diferente, com maior variedade de tópicos e formas de redação e, em geral, com detalhamento variável para o Programa de Uso Público. Nesses casos, deve ser feita

uma análise cuidadosa do que o documento vigente oferece, buscando-se, por exemplo, nos objetivos de criação da UC, os aspectos mais relevantes do porquê a UC é importante, ou quais foram os alvos de conservação considerados prioritários, ou mesmo se o detalhamento das áreas de visitação inclui a indicação de assuntos a serem interpretados. Os elementos trazidos desses planos devem ser incluídos neste item, de forma sucinta, na forma de tópicos.

Qualquer que seja o formato do plano de manejo ou outros planos, deve-se evitar a transcrição de longos trechos de documentos utilizados como referência, especialmente se estiverem disponíveis em formato eletrônico, recomendando-se que seja feita menção aos pontos mais relevantes e indicada sua localização nos respectivos documentos.

Como complemento à análise, devem ainda ser considerados os resultados da oficina de levantamento de subsídios para elaboração do programa de interpretação ambiental.

10. Tema e subtemas interpretativos

Dentre as boas práticas para interpretação ambiental destaca-se seu caráter temático. Os temas contribuem para organizar a comunicação com o público, manter o foco sobre o que é realmente relevante para a unidade e apresentar as mensagens de maneira a facilitar a compreensão (ICMBio, 2018, pp. 38-39).

Temas interpretativos são as ideias-chave, por meio das quais os valores dos recursos mais importantes da unidade (item 9) são disseminados e conectados aos significados mais amplos que representam.

São as pedras fundamentais que servem de base para a construção das mensagens que serão planejadas e transmitidas em materiais e serviços interpretativos.

Neste momento, é importante considerar as características tangíveis e os significados intangíveis dos recursos, com atenção especial para os intangíveis universais (ICMBio, 2018, p. 21).

Para a construção do tema e dos subtemas deverá ser considerada a lista de tangíveis e intangíveis resultante da oficina realizada com os atores locais, associada a uma reflexão mais aprofundada sobre os significados da conservação do recurso, considerando-se diversas perspectivas, e selecionados aqueles que melhor expressam o tema e subtemas. As compilações de atributos tangíveis e intangíveis devem ser guardadas para futuras consultas, pois podem ser úteis no detalhamento de materiais e serviços interpretativos.



Ferreirinho relógio (T. cinereum)
Foto: Beatriz Gomes

O tema e os subtemas definidos para o programa são o primeiro degrau no processo de priorização das mensagens, que serão transmitidas ao público identificado no item 8. Eles utilizam uma abordagem geral, ou seja, não entram no detalhamento ou na especificidade dos recursos que serão interpretados. Inicialmente, deve-se redigir o grande tema para interpretação, colocado na forma de uma única frase, curta, que consiga transmitir o significado maior da unidade, por meio da combinação dos atributos tangíveis e intangíveis selecionados previamente. A partir desse tema, devem ser elaborados até quatro subtemas, seguindo as mesmas regras de redação (frase curta,

que combine elementos tangíveis e intangíveis). Os subtemas do programa representam o primeiro nível de segmentação dos recursos protegidos pela unidade, mas também passam uma ideia ampla.

Como esquematizado na Figura 1, o tema do programa desdobra-se nos subtemas do programa, que, por sua vez, serão utilizados em outros níveis de planejamento, mais detalhados. Assim, os subtemas do programa serão utilizados como tema de projetos e, nesse nível darão origem a novos subtemas, direcionando de forma mais específica as histórias e aos conteúdos que serão desenvolvidos nos produtos.

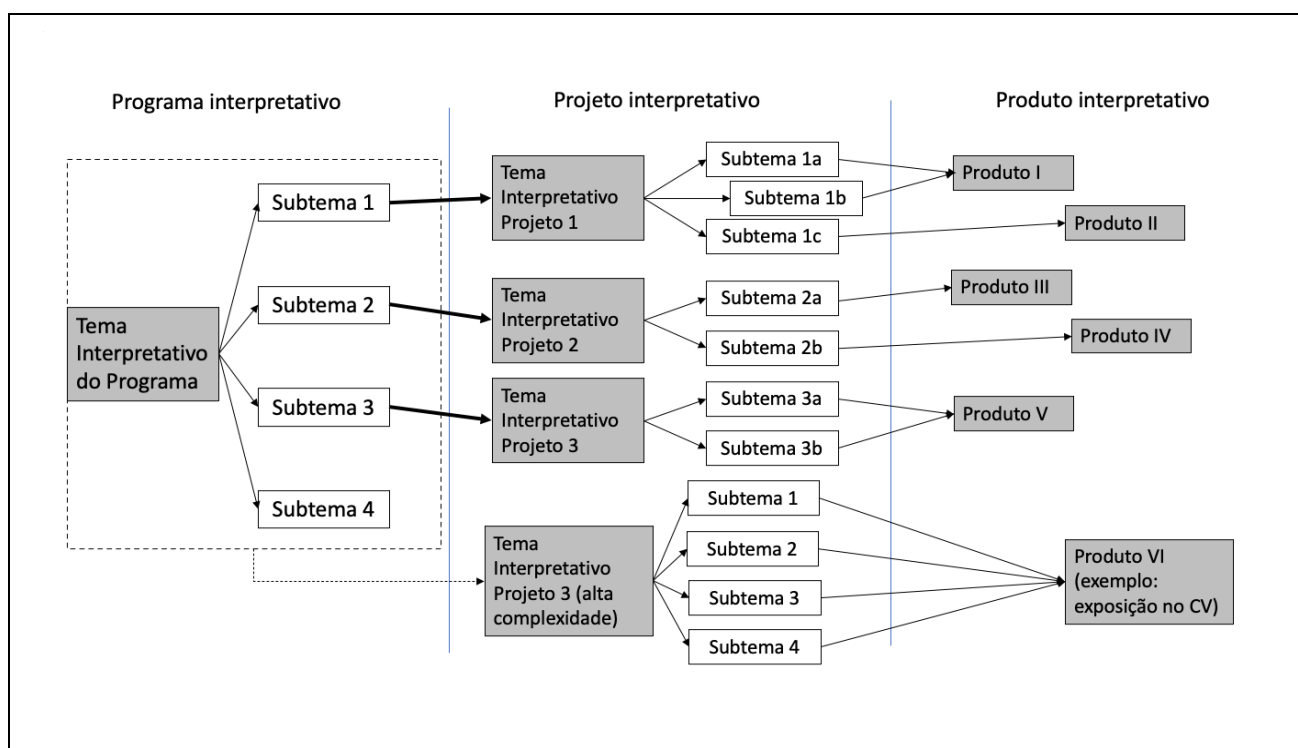


Figura 1 - Diagrama representativo da relação entre temas e subtemas interpretativos nos diferentes níveis de planejamento da interpretação

Observe que a figura mostra, de maneira esquemática, uma possibilidade de desenvolvimento dos temas e subtemas interpretativos em diferentes níveis: programa - projeto - produto. Assim, para o programa deve-se definir subtemas que

permitam desdobramentos, o que será feito no planejamento dos projetos e produtos (materiais e serviços) específicos. Os detalhes do recurso que vai ser interpretado aparecem no nível de produto (material ou serviço) que resulta de todo o planejamento

anterior. Para exemplificar, trazemos mais um trecho do Programa de Interpretação do Parque Nacional do Jaú (AM).

Tema - PN Jaú: um Gigante no Coração da Floresta Amazônica

Patrimônio Mundial Natural que, em sua imensidão, fascina e protege riquezas naturais e histórico-culturais e convida a explorar seus mistérios.

Subtema 1 - Florestas Além do Imaginário

Um mosaico de ambientes florestais singulares que testemunham, no tempo, histórias de uma porção majestosa da floresta amazônica.

Subtema 2 - Berço e abrigo da vida silvestre
Refúgio protegido, onde a vida se conecta e os ciclos se completam.

Subtema 3 - Geodiversidade criando paisagens significativas

A força transformadora da natureza se materializa na beleza da paisagem.

Subtema 4 - Jaú: escolhido desde a antiguidade

Desde os primórdios, o Jaú é um livro de memórias onde diversos povos têm deixado os registros de suas principais histórias.



11. Meios adequados

11.1 Meios interpretativos indicados para o programa

Neste item serão identificados os meios, materiais e serviços interpretativos mais adequados para alcançar os resultados esperados e objetivos interpretativos definidos para o programa, considerando as características do público-alvo. Sua escolha deve considerar os produtos propostos nos documentos de planejamento da unidade e

na oficina de levantamento de subsídios para construção do programa de interpretação ambiental, além de exemplos e boas práticas existentes no ICMBio e outras instituições.

Os meios, materiais e/ou serviços escolhidos deverão compor os projetos indicados em item posterior do programa, cabendo uma análise de viabilidade do uso de cada um. Os produtos indicados para o

programa deverão ser organizados conforme o meio interpretativo pessoal (serviços) e não pessoal (materiais). A apresentação do resultado pode ser feita em tópicos ou tabelas, sugerindo-se colocá-los em ordem de prioridade decrescente. Não é necessário, neste momento, relacionar o meio/produto interpretativo a cada perfil de público, pois isso será feito no item de indicação dos projetos que compõem o programa.

Caso sejam identificados produtos que são desejáveis para a unidade, mas que, por alguma razão, não possam ser aproveitados em projetos que serão incluídos no escopo do programa, sugere-se colocar uma lista de sugestões para projetos futuros, como apêndice.

11. 2 Meios interpretativos pré-existentes

Nesta etapa será feito um levantamento dos meios empregados pela unidade para comunicar-se com o público-alvo (identificado no item 8), elencando-se os materiais e serviços existentes. Em seguida faz-se uma avaliação preliminar do que foi encontrado, indicando se atende as necessidades da unidade, se precisa de revisão, dentre outras observações que

auxiliem na tomada de decisão em relação aos materiais que podem ser aproveitados no programa de interpretação ambiental.

A finalidade é apenas identificar e triar os produtos existentes, separando aqueles que são adequados dos que precisam ser reformulados ou descartados. A forma de apresentação destas informações deve ser clara e objetiva, podendo ser feita em tópicos ou tabelas.

12. Visão geral do programa de interpretação ambiental

O item Visão Geral apresenta um panorama dos projetos interpretativos que devem ser desenvolvidos para o alcance dos resultados propostos para o programa.

Esses projetos devem ser apresentados em uma matriz, para permitir a visualização do conjunto de propostas. Esta consiste num quadro em que os projetos indicados pela equipe de elaboração do programa são colocados em ordem de prioridade para execução, acompanhados dos respectivos meios interpretativos, públicos-alvo, locais de implementação e subtemas (Figura 2).

Prioridade	Meio interpretativo	Público-alvo	Local	Subtema
Projeto 1	Não pessoal/ vídeo sobre a unidade	Todos os perfis de visitantes	Centro de visitantes	Todos
Projeto 2	Pessoal/visita guiada	Visitantes com objetivo recreativo	Trilha aquática do Igarapé	2
Projeto 3	Não pessoal/ adaptações para acessibilidade	Visitantes com deficiência	Centro de Visitantes	1 e 4
Projeto 4	Não pessoal / aplicativo dispositivos móveis	Visitantes jovens e adultos	Trilha de travessia	3
...				

Figura 2 – Exemplo hipotético de matriz com a visão do programa de interpretação ambiental, sendo os projetos definidos conforme os meios interpretativos pretendidos.

13. Projetos interpretativos

Neste item são apresentados os projetos indicados pelo programa de interpretação ambiental, como resultado de todo o trabalho de construção das etapas anteriores. A descrição de cada projeto deve ser sucinta, porém conter os elementos necessários para o futuro desenvolvimento, conforme as prioridades e o cronograma definidos no programa.

Cabe lembrar que é o conjunto de projetos que levará ao alcance dos resultados e benefícios esperados para o programa. Assim, os objetivos interpretativos, público-alvo, subtemas interpretativos e demais elementos definidos nos itens anteriores deste documento devem estar refletidos nesse conjunto de projetos.

Para facilitar a organização da matriz de projetos que compõe a visão geral do programa de interpretação, sugere-se que os projetos sejam identificados por números ou letras e não pelo título.

13.1 Projeto 1

- Produto esperado (material ou serviço):
- Objetivo geral do projeto:
- Objetivos interpretativos: são escolhidos dentre aqueles elencados no item 7. Neste momento não é necessário detalhar ou refinar os objetivos, pois isso será feito futuramente, durante a elaboração dos projetos.
- Público-alvo:
- Local/locais para implementação:
- Subtema(s) do programa que irá pautar o desenvolvimento posterior do tema e subtemas do projeto, que serão escritos no momento de elaboração deste. Dependendo da complexidade do projeto, este poderá ter seu tema

baseado em um ou mais subtemas do programa de interpretação ambiental. Cada subtema do programa também poderá ser utilizado para desenvolvimento de mais de um projeto, diretamente ou com adaptações, desde que mantida a ideia central original (como proposto na Figura 1 - Item 10).

- Indicação de possíveis parceiros e/ou fontes de recursos para desenvolvimento e implantação do projeto
- Indicação do período de implementação.

13.2 Projeto 2

As informações para cada projeto são colocadas em itens subsequentes.

14. Monitoramento

O trabalho de monitoramento é uma etapa fundamental para o sucesso de qualquer atividade de gestão. Ele deve ser realizado de forma sistemática e não apenas ao final do período de execução previsto. Como o alcance dos resultados esperados do programa está diretamente ligado ao alcance dos resultados dos projetos nele indicados, o sucesso do programa depende da implantação adequada dos projetos e dos resultados obtidos pelos materiais e serviços interpretativos gerados.

Ou seja, o programa vai apresentar bons resultados não porque todos os projetos indicados foram concluídos no prazo previsto, mas porque os projetos implantados foram desenvolvidos e executados adequadamente, gerando produtos de qualidade, que atingiram os resultados propostos.

Portanto, o monitoramento do programa de interpretação ambiental inclui o acompanhamento dos projetos, garantindo que o desenvolvimento destes

esteja em concordância com as premissas e objetivos estabelecidos no programa e as diretrizes institucionais. É necessário estabelecer indicadores adequados para avaliar tanto a qualidade quanto o ritmo de elaboração e execução dos projetos, assim como os momentos de avaliação. A articulação entre os processos de monitoramento do programa e dos projetos indicados facilita a gestão do programa e o alcance de seus resultados.

15. Cronograma de execução

O período de execução do programa de interpretação ambiental é de médio a longo prazo. Pela lógica do processo de planejamento, uma vez que este programa desdobra estratégias estabelecidas no plano de manejo e/ou plano de uso público, recomenda-se que seu prazo de execução não ultrapasse o período de planejamento dos documentos aos quais está vinculado.

O cronograma de execução do programa deve indicar os períodos previstos para desenvolvimento e implantação dos projetos e os momentos periódicos de acompanhamento destes. Este cronograma

de execução deve ser estabelecido numa perspectiva realista da gestão da visitação na unidade e o acompanhamento sistemático servirá para identificar e minimizar o impacto negativo de fatores que possam comprometer o alcance dos benefícios esperados pelo programa.

16. Outras considerações

Neste item devem ser incluídas as observações que forem consideradas pertinentes, como projetos e programas financiadores (GEF-MAR, Programa ARPA, por exemplo), parceiros existentes e potenciais, fontes de recursos, entre outras. É o único item opcional do roteiro de elaboração de programa de interpretação ambiental.

17. Apêndice

Como Apêndice (opcional), podem ser colocados documentos e informações adicionais que forem consideradas relevantes para a compreensão do programa de interpretação e auxiliem na futura elaboração dos projetos.



Apresentação cultural no Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu
Foto: Acervo PNCP

PARTE III - ROTEIRO

PROGRAMA DE INTERPRETAÇÃO DO/DA (NOME DA UNIDADE)

LOCAL E ANO
(ESPAÇO PARA LOGOS)

SUMÁRIO

1. FICHA TÉCNICA	
2. APRESENTAÇÃO	
3. CONTEXTUALIZAÇÃO	
3.1 Descrição da unidade	
3.2 Justificativa	
3.3 Escopo e ênfase para a Interpretação	
4. DIRETRIZES PARA A INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL	
5. RESULTADOS ESPERADOS	
6. PREMISSAS	
7. OBJETIVOS INTERPRETATIVOS	
8. PÚBLICO	
9. RECURSOS A SEREM INTERPRETADOS	
10. TEMAS E SUBTEMAS INTERPRETATIVOS	
11. MEIOS ADEQUADOS	
11.1 Meios interpretativos indicados para o programa	
11.2 Meios interpretativos pré-existentes	
12. VISÃO GERAL DO PROGRAMA DE INTERPRETAÇÃO	
13. PROJETOS INTERPRETATIVOS	
13.1 Projeto 1	
13.2 Projeto 2	
...	
14. MONITORAMENTO	
15. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO	
16. OUTRAS CONSIDERAÇÕES	
APÊNDICE	

1. FICHA TÉCNICA

Equipe responsável

Informações da(s) unidade(s)

2. APRESENTAÇÃO

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 Descrição da unidade

3.2 Justificativa

3.3 Escopo e ênfase para a Interpretação

4. DIRETRIZES PARA A INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

O presente programa de interpretação ambiental é orientado pelas seguintes diretrizes:

Diretrizes para a interpretação ambiental apresentadas pelo Ministério do Meio Ambiente no documento “Diretrizes para a visitação em unidades de conservação” (MMA, 2006):

- Adotar a interpretação ambiental como uma forma de fortalecer a compreensão sobre a importância da UC e seu papel no desenvolvimento social, econômico, cultural e ambiental.
- Utilizar as diversas técnicas da interpretação ambiental como forma de estimular o visitante a desenvolver a consciência, a apreciação e o entendimento dos aspectos naturais e culturais, transformando a visita numa experiência enriquecedora e agradável.
- Empregar instrumentos de interpretação ambiental como ferramenta de minimização de impactos negativos naturais e culturais.
- Desenvolver instrumentos interpretativos fundamentados em pesquisas e informações consistentes sobre os aspectos naturais e culturais do local.
- Envolver a sociedade local no processo de elaboração dos instrumentos interpretativos.
- Assegurar que o projeto de interpretação ambiental seja elaborado por equipe multidisciplinar e que utilize uma linguagem acessível ao conjunto dos visitantes.

Diretrizes para Interpretação Ambiental estabelecidas pelo ICMBio no documento “Interpretação Ambiental nas Unidades de Conservação Federais” (ICMBio, 2018):

- Desenvolver ações de interpretação ambiental nas unidades de conservação federais e centros nacionais de pesquisa e conservação de acordo com os conceitos, métodos e roteiros adotados pela Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - CGEUP.
- Elaborar os programas e produtos interpretativos com o objetivo de contribuir para a divulgação da missão institucional e dos objetivos das unidades de conservação e centros nacionais de pesquisa e conservação, em busca de apoio da sociedade para o cumprimento dessa missão.
- Conceber programas e produtos interpretativos baseados em informações técnico-científicas e socioculturais, capazes de ir além de fornecer dados, e que transmitam

mensagens que se conectem com as experiências individuais e provoquem emoções e reações no público.

- Planejar as ações de interpretação ambiental de acordo com cada público que se pretende alcançar, utilizando técnicas diversificadas.
- Utilizar os programas e produtos interpretativos, sempre que possível, para orientar e qualificar as oportunidades recreativas oferecidas pelas unidades e os serviços de apoio à visitação prestados por terceiros.
- Monitorar as ações de interpretação ambiental de forma sistemática, com o objetivo de aprimorá-las, avaliar seu impacto e o atendimento dos objetivos para os quais foram desenvolvidas.

5. RESULTADOS ESPERADOS

6. PREMISSAS

7. OBJETIVOS INTERPRETATIVOS

8. PÚBLICO

9. RECURSOS A SEREM INTERPRETADOS

10. TEMA E SUBTEMAS INTERPRETATIVOS

11. MEIOS ADEQUADOS

11.1 Meios interpretativos indicados para o programa

11.2 Meios interpretativos pré-existentes

12. VISÃO GERAL DO PROGRAMA DE INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL

13. PROJETOS INTERPRETATIVOS

13.1 Projeto 1

13.1.1. Produto esperado (material ou serviço):

13.1.2. Objetivo geral do projeto:

13.1.3. Objetivos interpretativos:

13.1.4. Público-alvo:

13.1.5. Local/locais para implementação:

13.1.6. Subtema(s) do programa:

13.1.7. Possíveis parceiros e/ou fontes de recursos para desenvolvimento e implantação

do projeto

13.1.8. Indicação do período de implementação:

13.2 Projeto 2

13.2.1. Produto esperado (material ou serviço):

13.2.2. Objetivo geral do projeto:

13.2.3. Objetivos interpretativos:

13.2.4. Público-alvo:

13.2.5. Local/locais para implementação:

13.2.6. Subtema(s) do programa:

13.2.7. Possíveis parceiros e/ou fontes de recursos para desenvolvimento e implantação do projeto

13.2.8. Indicação do período de implementação:

14. MONITORAMENTO

15. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

16. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

APÊNDICE